



Professores avaliarão propostas para acordos coletivos

Após um dos mais longos processos de negociações das últimas décadas, os Sindicatos dos Professores estão convocando os professores da educação superior para avaliar as propostas para acordo, negociadas com o Sindiman/RS e o Sinepe/RS, com vistas às Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs) dos professores que atuam nas instituições de ensino representadas pelos dois sindicatos. As datas, os horários e os locais das Assembleias serão divulgados pelo Sinpro/RS, Sinpro/Caxias e Sinpro/Noroeste para as suas bases nos próximos dias. O processo das negociações coletivas deste ano se iniciou em 5 de março com a aprovação das pautas de reivindicações pelos professores nas Assembleias. No dia 8, Sindiman/RS e Sinepe/RS receberam em mãos as pautas dos professores. A partir daí, seguiu-se uma sequência de reuniões semanais, interrompidas duas vezes em diferentes momentos e estágios da negociação.

Das pautas, o ponto de maior tensionamento foi a reposição da inflação acumulada de 10,81% (março de 2021 a fevereiro de 2022) aos salários dos professores. Os representantes dos sindicatos patronais foram categóricos, desde o início das tratativas, pela não reposição. Essa negativa se estendeu também a todas as demais reivindicações da pauta encaminhada e predominou ao longo das 5 reuniões realizadas, até o final de abril.

COMUNITÁRIAS – Com o impasse, os sindicatos dos professores desenvolveram durante o mês de maio uma campanha, veiculada em rádios de Porto Alegre e nas principais cidades do interior, denunciando a intransigência dos representantes das instituições comunitárias nas negociações. No dia 19 de maio, os Sinpros encaminharam correspondência aos reitores manifestando, além de contrariedade com a dureza e a radicalidade dos negociadores das Ices e dos dirigentes do Sindiman, um pedido de maior sensibilidade para com as expectativas dos professores.



Cenário de perda de alunos refletiu na dificuldade das negociações salariais entre instituições e sindicatos

SINEPE/RS – Nas negociações com o Sinepe/RS, segundo os representantes dos professores, chamou atenção a presença das empresas educacionais com atuação nacional, que invocaram com ênfase a disparidade das CCTs do Rio Grande do Sul negociadas nos últimos dois anos com o que foi acordado no resto do país neste período.

A partir de maio, as negociações com os sindicatos patronais passaram a ter maior objetividade, evoluindo nas variáveis do percentual de reposição e dos prazos até as condições que compõem as propostas que serão avaliadas e deliberadas pelos professores representados pelos Sinpros no dia 25 de junho.

EDITORIAL

Negociações intensas em realidade adversa

Era previsível que a realidade atual adversa, vivenciada pela sociedade brasileira e pela educação superior, por consequência, faria sentir seu peso nas negociações realizadas com os sindicatos patronais para a renovação das CCTs para 2022.

O cenário tem sido de perda de alunos, baixos reajustes das mensalidades e, conseqüentemente, das receitas, o que seria sobejamente invocado pelos representantes das instituições e dirigentes do Sinepe/RS e Sindiman/RS para resistir à reposição da inflação.

Não faltaram deste lado da mesa argumentos sobre as necessidades dos professores, relatos sobre a situação de professores vitimados pelos reflexos da crise e, é claro, especialmente, no que diz respeito à relação entre condições contratuais dos docentes e qualidade de ensino.

Foram esses argumentos, além da tenacidade dos negociadores dos Sinpros, somados à dinâmica política do processo, que combinou suspensões temporárias das negociações

com denúncia pública sobre a intransigência dos negociadores e, inclusive, recurso aos Reitores, no caso das tratativas com o Sindiman, que produziram a desacomodação patronal e a evolução dos percentuais de reposição que compõem, neste final do ciclo de reuniões, as propostas que serão levadas às Assembleias dos professores para deliberação.

Constitui, certamente, mérito dos negociadores e das entidades sindicais dos professores que, também nas atuais circunstâncias adversas, mais uma vez, o longo processo de negociação desenvolvido de março a junho tenha alcançado um resultado que contempla a expressa reposição de três quartos da inflação do período e garante a retomada, em um momento futuro, da negociação do restante.

Parcelamento e adiamento são os recursos-chave para que não se cristalizem perdas definitivas em função das adversidades da conjuntura atual.

Os Sindicatos dos Professores, convictos do dever cumprido na defesa dos interesses e direitos da categoria, destacam que a melhoria dos resultados nas negociações que se seguirão nos próximos anos depende, fundamentalmente, de uma mudança do cenário econômico do país, da implementação de uma política de valorização da educação e da implantação de políticas públicas de financiamento estudantil.

A persistir a situação atual, as negociações serão cada vez mais difíceis, os professores continuarão sendo penalizados com reduções de carga horária, e muitos, inclusive, com a perda do próprio posto de trabalho.

Tudo isso, apesar de todos os esforços dos sindicatos e seus negociadores.

Representação dos sindicatos patronais

SINDIMAN – Sindicato das Entidades Mantenedoras de Instituições Comunitárias de Educação Superior do Estado do Rio Grande do Sul. Na educação superior, representa 14 universidades comunitárias: PUCRS, Unisinos, Feevale, Unilasalle, Unisc, UCPel, Urcamp, Univates, Unicruz, Unijuí, URI, UFN, UPF e UCS.

SINEPE – Sindicato do Ensino Privado. Na educação superior, representa Ulbra, Uniritter e Fadergs (Grupo Ânima), Uniftec, FSG, Unicnec, Imed, Anhanguera (Grupo Cognia), instituições agrupadas no Forcom (Fórum das Faculdades Isoladas Comunitárias) e todas as demais faculdades isoladas em atividade no Rio Grande do Sul.

Mapa do Ensino Superior 2022 mostra cenário preocupante

No dia 14 de junho, o Instituto Semesp apresentou o Mapa do Ensino Superior 2022. A entidade representa e assessora mantenedoras do ensino superior em todo o país. Segundo o levantamento, o total de matrículas nas instituições de ensino superior (IES) no Brasil cresceu apenas 0,9% de 2019 para 2020.

Esse número, apesar de positivo, disfarça uma queda de 50% em comparação ao período anterior, quando as matrículas haviam aumentado 1,8%. A projeção feita pela pesquisa, com base na PNAD Contínua do IBGE, para 2021 deverá registrar uma redução de cerca de 7,0% no total das matrículas. Ainda não há números para avaliar 2022, a não ser a tendência de queda acentuada no número de ma-

trículas e de migração do modelo presencial para o EaD.

Os números do Censo da Educação Superior 2020 apontam uma realidade preocupante e triste: a diminuição no número de jovens ingressando no ensino superior, o que afeta diretamente a taxa de escolarização líquida (a qual mede a proporção de pessoas de 18 a 24 anos que frequentam o ensino superior em relação à população dessa faixa etária).

Em 2020, a taxa registrou uma redução de 0,3 ponto percentual e chegou aos 17,8%. Com o EAD ainda atraindo um público mais velho, entre 29 e 44 anos, que já está inserido no mercado de trabalho, os mais jovens seguem excluídos da educação superior.

Decadência das Políticas Públicas prejudica o desempenho

“Sem atrairmos os jovens para o ensino superior, estamos não apenas nos afastando da meta do Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece uma taxa de escolarização líquida para o ensino superior de 33% em 2024, mas também comprometendo o próprio desenvolvimento do país a médio e longo prazo”, argumenta o economista e diretor-executivo do Semesp, Rodrigo Capelato.

Em sua apresentação da pesquisa, destacou o crescimento do ensino superior privado depois da metade da década de 1990, devido às políticas públicas implementadas a partir da LDBEN, com novo incremento em 2005, com ferramentas de financiamento e inclusão das camadas de baixa renda, por meio do ProUni e Fies.

Segundo Capelato, ao ser questionado pelo *Extra Classe* sobre o impacto da retração das políticas públicas nas matrículas e na evasão de estudantes do ensino superior, “há uma correlação direta tanto no ingresso quanto na manutenção do ensino superior privado. Houve crescimento de 2000 a 2020, principalmente por conta de políticas públicas de acesso à universidade (ProUni, ReUni, sistema de Cotas e Fies), para as privadas, principalmente ProUni e Fies”.

O economista avalia que, a partir de 2015, ocorre uma decadência desses programas por terem chegado no seu limite. No entanto, o Fies ainda tinha campo para crescimento, mas caiu absurdamente. “Isso explica o tanto que foram importantes os programas para as classes menos favorecidas acessarem o ensino

superior, que quando houve a retração do Fies, passou a crescer o EaD, que é o que cabe no bolso.”

“Outro dado interessante é que há muito menor evasão entre os estudantes da rede privada que ingressam com Fies e os demais. Isso mostra que essas políticas são importantes para inclusão e permanência dos estudantes de baixa renda no sistema educacional”, acrescenta.

“Não há perspectivas de retorno ou melhorias das políticas públicas de acesso à universidade. Por outro lado, caso não haja novas políticas para o setor no próximo governo, não há como desenvolver o ensino superior nem a educação como um todo”, afirma.

Ele vê com preocupação o crescimento vertiginoso do EaD, que está sendo forçado por uma demanda de estudantes em busca de formação com mensalidades baixas e que isso possa ficar insustentável. Conforme ele, os mais jovens acabam nem se matriculando, e o perfil dos estudantes que buscam o EaD é dos mais velhos que procuram melhor remuneração em suas atividades.

No RS, a mensalidade média de um curso presencial é de R\$ 1.544, desconsiderando o curso de Medicina. No EAD, a mensalidade média é de R\$ 313.

“Sobre as políticas públicas, o Semesp apresentou uma proposta de ampliação do ProUni e de reformulação do Fies para que se torne mais sustentável, baseado no modelo de financiamento do Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia”, conclui.

EaD salta à frente do presencial

Os cursos presenciais privados tiveram uma variação negativa nas matrículas (-10%), enquanto a variação da modalidade EaD saltou para 28,6% positivo. O crescimento no número de matrículas na modalidade EaD aumentou 7,7 pontos percentuais de 2019

para 2020, passando de 19,1% para 26,8%.

Com uma queda de 3,8% em 2019, as matrículas presenciais diminuíram ainda mais 5,6 pontos percentuais, chegando a uma redução de 9,4% em 2020.

Região Sul aponta queda de 8% nas matrículas presenciais

Com pouco mais de 30 milhões de habitantes divididos em três estados (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina), a Região Sul é a terceira do Brasil em número de matrículas, com 1,5 milhão de estudantes no ensino superior. Juntando as modalidades presencial e EAD, a região representa 17,5% da educação superior do país.

Mesmo com os impactos do primeiro ano da pandemia da covid-19, a região registrou crescimento de 4,1% no número de matrículas. E foi a única do país em que todos os seus estados apresentaram variação positiva nas matrículas de 2019 para 2020,

ainda que por causa do aumento dos alunos na modalidade EAD. A modalidade presencial teve recuo de 8% no período. Já as matrículas EAD saltaram 24,4%.

EaD tem mais estudantes matriculados do que em cursos presenciais. Outra peculiaridade da região é que, na rede privada, o número de estudantes matriculados em cursos EAD é maior do que o dos cursos presenciais em todos os estados. O número de ingressantes em cursos EAD também superou o de calouros presenciais nos três estados da região.

Fonte: Instituto Semesp | Base: INEP

Estado	Cursos Presenciais*				Cursos EAD**			
	Matrículas	Concluintes	Ingressantes	IES	Matrículas	Concluintes	Ingressantes	IES
Paraná	333.336	52.950	101.801	162	244.226	35.532	151.946	129
Rio Grande do Sul	301.608	42.435	81.616	113	232.899	28.469	148.338	104
Santa Catarina	208.811	31.318	62.911	102	199.735	26.071	120.697	96
Total - Região Sul	843.755	126.703	246.328	375	676.860	90.072	420.981	181

RS registra o menor aumento de matrículas da Região Sul

Com 11,5 milhões de habitantes divididos em sete mesorregiões e 497 municípios, o Rio Grande do Sul possui 113 IES que ofertam cursos presenciais e 104 IES que possuem cursos EaD.

O estado registrou o menor aumento de matrículas da Região Sul em 2020, 3,1%, totalizando 535 mil alunos cursando o ensino superior.

Nos cursos presenciais, o Rio Grande do Sul vem registrando redução nas matrículas desde 2016, com mais um decréscimo de

9,0% de 2019 para 2020.

No mesmo período, o número de matrículas em cursos EaD aumentou 24,6%, seguindo a tendência de crescimento das matrículas de educação a distância verificada nos últimos anos.

O EaD já representa 43,6% das matrículas do Rio Grande do Sul. A modalidade representa 54,4% das matrículas da rede privada, superando já o número de alunos presenciais nas IES particulares do estado.